



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVIII PALMAS, QUARTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2018.

Nº 2582



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 36/2018

Altera as Leis nº 3.319, de 22 de dezembro de 2017 e nº 2959, de 18 de junho de 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei nº 3.319, de 22 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor partir de 1º de janeiro de 2020."

Art. 2º São acrescidos o art 1-A e o § 1-A do art. 3º da Lei nº 2959, de 18 de junho de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1-A O Poder Executivo instituirá Comissão Especial, composta pela Secretaria da Fazenda, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, representantes de todos os Municípios Tocantinenses e o Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, através de sua representação, para promover estudos concernentes à aplicação da presente Lei.

.....

Art. 3º

.....

§ 1º-A Os índices quanto às terras indígenas, de que trata o inciso II, "c", será apurado através de documentos, fotos, ou qualquer meio de prova consistente e lícita, podendo o Naturatins solicitar informações de outros órgãos ou entes públicos ou privados, que se manifestarão somente quanto à realização, existência ou não, das ações previstas no Questionário de Avaliações Qualitativas."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de dezembro de 2017.

Justificativa

A Lei nº 3.319, de 22 de dezembro de 2017, altera a Lei nº 2.959 e define novos índices para o cálculo do ICMS Ecológico repassado aos cofres municipais. Anteriormente, o índice dos Municípios que detêm em seus territórios terras indígenas e quilombolas eram de 3,5, sendo agora 4,0. Além disso, um novo critério de distribuição foi incorporado à metodologia de avaliação do benefício fiscal, o chamado índice de turismo sustentável, de 1,0. A preocupação é que com a criação e elevação de alguns índices, os demais serão reduzidos e isso interfere no fracionamento dos recursos aos cofres municipais.

A modificação ocorrida na lei altera os critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS sobre a criação de critério relativo a ações ambientais em terras indígenas e quilombolas e promoção do turismo sustentável; Redução de 2 para 1,5 do índice da política de meio ambiente; Redução de 2 para 1,5 do índice de controle de queimadas e combate e incêndios do município; Aumento de 3,5 para 4 do índice de conservação da biodiversidade e terras indígenas e quilombolas do município; Redução de 2,0 para 1,5 do índice de conservação e manejo do

solo do município e a criação do índice de turismo sustentável no percentual de 1,0.

Um pequeno número de municípios abriga em seus territórios terras indígenas e quilombolas. Além disso, o índice de turismo sustentável será aplicado apenas aos Municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro, sendo que no Tocantins, apenas 40 cidades estão no mapa, numa realidade de 139 municípios tocantinenses.

A Associação Tocantinense de Municípios - ATM e os prefeitos de todo o Estado estão preocupados com os novos critérios de avaliação, pois com a nova cartilha e a preconização da regra instala-se receio de que os municípios serão prejudicados no ato de comprovação das ações ambientais.

O ICMS Ecológico representa, no Tocantins, 13% do total arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e é destinado aos municípios que desenvolvem ações ambientais que resultem na preservação e conservação do meio ambiente.

Entre as metodologias avaliadas para determinar esse percentual estão à implantação e a execução da Política Municipal de Meio Ambiente, a existência de unidades de conservação e terras indígenas e quilombolas dentro da área do Município, o controle e combate às queimadas e saneamento básico e conservação da água e solo.

Os recursos destinados a cada município dependem de índices calculados pela Secretaria da Fazenda – Sefaz, com base nas estatísticas do Naturatins, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semarh e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins. Em algumas cidades tocantinenses o recurso do ICMS Ecológico tem se sobressaído e, em alguns casos, é considerado a maior fonte de recursos destinados ao município, em relação a outros repasses.

Ante o exposto, a alteração da lei provoca um desequilíbrio social ao prestigiar com índice superior os municípios que já possuem renda com o turismo. Ou seja, o município que não possui aldeia indígena ou quilombolas, tampouco turismo, mais uma vez será prejudicado, reduzindo seu repasse de ICMS e afetando drasticamente e carente administração municipal.

Conclui-se então que a nova legislação prestigia a diferença social e promove a frustração de receita da grande maioria dos municípios tocantinenses, pois poucos são os que possuem aldeia indígena, quilombolas ou mesmo turismo sustentável, sendo imprescindível a movimentação dos prejudicados visando à alteração da legislação.

Sendo assim, torna-se indispensável à aprovação do presente Projeto de Lei para que os municípios prejudicados com referidas mudanças possam adequar-se a execução do seu orçamento a esta nova realidade, para que seja no ano em curso melhor observado pelo Poder Executivo a proposta de repartição do ICMS - que compõe parcela significativa de arrecadação dos municípios.

Sala das Sessões, em 8 de março de 2018.

RICARDO AYRES
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

**8ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
1º de fevereiro de 2018**

Ata da Centésima Trigésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia primeiro do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Eli Borges, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, e em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, o Senhor Presidente declarou aberta a 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, com a presença dos Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Ivory de Lira, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Jorge Frederico, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Rocha Miranda e a Senhora Deputada Amália Santana. Em seguida, o Senhor Presidente convidou para adentrar ao Plenário e compor a Mesa as seguintes autoridades: o Excelentíssimo Senhor Ranieri Filho, Promotor-Geral de Justiça, neste ato representando o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira; e o Excelentíssimo Senhor Murilo da Costa Machado, Defensor Público-Geral do Estado. Logo após, o Senhor Presidente nomeou uma comissão composta pelo Senhor Deputado Toinho Andrade e a Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, para fazer adentrar ao Plenário o Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Têlio Leão Ayres, que trouxe a esta Casa Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Marcelo de Carvalho Miranda, em cumprimento ao que determina o art. 40, inciso V da Constituição Estadual. Em seguida, após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Têlio Leão Ayres, que procedeu a leitura da Mensagem. Logo após, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e um minutos. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Comunicação Interna número 1/2018, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, comunicando o seu retorno às atividades parlamentares no dia 1º de fevereiro de 2018; Comunicados oriundos do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução e os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros ao Programa Pró-Moradia, BNDES e Fundo Estadual de Saúde do Tocantins; e Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando celebração de convênio, termos aditivos e termo de cooperação institucional com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 1 e 2/2018, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco; e 3/2018, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 01 a 16. Logo após, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências do

Projeto de Lei que recebeu o número 3/2018, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Wanderlei Barbosa, Ricardo Ayres e Paulo Mourão. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e trinta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

**8ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa
6 de fevereiro de 2018**

Ata da Centésima Trigésima Nona Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia seis do mês fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valdevez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 182/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “dispõe sobre a gravação em áudio e vídeo do processo licitatório e sua transmissão ao vivo, por meio da internet, no portal da transparência do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 234/2017, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Lavradores de Araguatins – Acopla II, na cidade de Araguatins”; Projeto de Lei número 235/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “dispõe sobre a afixação de cartazes em Cartórios de Registro de Imóveis informando sobre as isenções e os descontos nos pagamentos e emolumentos de registros de imóveis, e dá outras providências”; Proposta de Emenda à Constituição número 2/2017, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco e Outros que, “altera o inciso XI, do art. 9º da Constituição do Estado do Tocantins”; Ofício número do Ministério dos Direitos Humanos, solicitando que se unam esforços juntamente com este Ministério, a fim de promover políticas de enfrentamento ao expressivo aumento de homicídio da juventude negra brasileira, com vistas a enfrentar e mitigar esse cenário alarmante para a redução deste extermínio; Ofício oriundo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, informando a celebração de Instrumento de Repasse, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Estado do Tocantins, no ano de 2017; Ofício oriundo

da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – Abel, encaminhando Carta de Goiânia, documento oficial do XXX Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro próximo passado; Ofício número 28/2018, oriundo da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, encaminhando o Relatório das Atividades Desenvolvidas no ano de 2017; Ofício oriundo do Comando Geral da PMTO, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; Ofício oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; Ofício oriundo da Energisa, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; Ofício oriundo do Ministério do Meio Ambiente, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; Ofício oriundo da Energisa, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Júnior Evangelista; Ofício oriundo da Ruraltins, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício oriundo do Corpo de Bombeiros Militar, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; Ofício oriundo da Câmara dos Deputados, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; Ofícios oriundos da Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, informando a celebração de convênios e termos de colaboração, com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Ofício oriundo da Secretaria da Fazenda, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; Ofício oriundo da Polícia Militar do Tocantins, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício número 33/2018, oriundo da Segurança Pública do Estado do Tocantins, encaminhando o Relatório de Atividades Desenvolvidas no ano de 2017; e Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eli Borges. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 11 e 12/2018, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco; 0034 a 7/2018, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 17/2018, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e os Requerimentos que receberam os números 16 a 57. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 3/2018, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 17, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; 18, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 19, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; e 57, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão e Zé Roberto. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Nilton Franco e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão e Elenil da Penha. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e trinta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa**7 de fevereiro de 2018****Ata da Centésima Quadragésima Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia sete do mês fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, José Bonifácio, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valdevez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Júnior Evangelista. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a celebração de contrato de repasse com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, que tem por finalidade a “Construção do Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, na cidade de Palmas”; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a celebração do contrato de repasse com o Fundo Estadual de Saúde do Tocantins, que tem por finalidade a “Ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde”; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros – Orçamento Geral da União, firmado com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros ao Programa Pró-Moradia FGTS e BNDES; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a celebração do contrato de repasse com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem por finalidade a “Recuperação de Estradas Vicinais”; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros – Orçamento Geral da União, firmado com a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social; Ofício oriundo da Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; Ofício oriundo da Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; Ofício oriundo do Instituto Nacional do Seguro Social, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de convênios com diversas Prefeituras do Estado do Tocantins; Ofício oriundo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando a celebração de convênio e liberação de recursos financeiros, com o Sindicato Rural de Porto Nacional; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de convênios e termos de colaboração, com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Comunicados oriundos do Ministério da Educação, informando a liberação de

OFÍCIO Nº 63/2018 GDIL

Palmas, 20 de março de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente da **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**
Palmas-TO

Excelentíssimo Senhor,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar o meu afastamento do cargo de Deputado Estadual, para reassumir na Câmara Municipal de Palmas, o mandato de Vereador, ficando impedido de continuar exercendo a suplência do Deputado Júnior Evangelista, para a qual fui convocado.

Informo que o afastamento do exercício do mandato de deputado estadual será a partir do dia 21 de março de 2018.

Agradeço, antecipadamente, sua atenção, e coloco-me à disposição.

Atenciosamente,

IVORY DELIRA
Deputado Estadual

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 353/2018

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos art. 26, inciso III, alínea "h" e arts. 51 e 52 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e

Considerando o Requerimento n.º 000018, de 06 de fevereiro de 2018, aprovado nesta Casa Leis,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de dezembro de 2018 o prazo instituído pelo Decreto Administrativo nº 687, de 23 de maio de 2017, para a elaboração do Código Florestal do Estado do Tocantins.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de março de 2018.

Deputado MAURO CARLESSE
Presidente

PORTARIA Nº 057/2018 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 353-DG, de 26 de dezembro de 2017, na parte em que lotou no Gabinete do Deputado Nilton Franco, o servidor **AERONSSAYTT GOMES LIMA DE OLIVEIRA**, Assistente Administrativo, matrícula nº 938790-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativamente ao dia 1º de março de 2018.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de março 2018.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT - Licenciada)
Amélio Cayres (SD)
Cleiton Cardoso (PSL)
Eduardo do Dertins (PPS)
Eduardo Siqueira Campos (DEM)
Elenil da Penha (PMDB)
Eli Borges (PROS)
Jorge Frederico (PSC)
José Bonifácio (PR)
Júnior Evangelista (PSC-
Licenciado)
Luana Ribeiro (PDT)
Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)
Olyntho Neto (PSDB)
Osires Damaso (PSC)
Paulo Mourão (PT)
Ricardo Ayres (PSB)
Rocha Miranda (PMDB)
Toinho Andrade (PSD)
Valdemar Júnior (PMDB)
Valderez Castelo Branco (PP)
Vilmar de Oliveira (SD)
Wanderlei Barbosa (SD)
Zé Roberto (PT)